Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 6856/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/25940/2016
PROTOCOLO	: 1755405
ÓRGÃO	: FUNDO ESPECIAL P/ INSTALAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DOS JUIZADOS ESP. CÍVEIS E CRIMINAIS - FUNJECC
ORDEN. DE DESPESAS	: JOÃO MARIA LOS
CARGO DA ORDENADORA	: EX-DESEMBARGADOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03.063/2016
RELATORA	: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
COMPROMITENTES	: CARAIPÊ – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - EPP.; e SANCHES DE OLIVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP.
PROCED. LICITATÓRIO	: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2016
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MÓVEIS EM GERAL)
VALOR ADJUDICADO	: R$ 684.500,00

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MÓVEIS EM GERAL). PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO DA ATA. REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre a Ata de Registro de Preços n.º 03.063/2016, formalizada pelo ***Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FUNJECC***, neste ato representado pelo Ex-Desembargador Presidente, Sr. ***João Maria Lós***, objetivando o registro de preços para aquisição futura de material permanente (móveis em geral), com valor adjudicado no montante de R$ 684.500,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais).

Nesta fase processual objetiva-se analisar a legalidade e regularidade do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico sob o n.º 012/2016 e da formalização da Ata de Registro de Preços n.º 03.063/2016 (1ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria emitiu às pp. 229/232 sua Análise ANA – 6ICE – 10386/2017, opinando pela ***regularidade*** e ***legalidade*** do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços.

Por sua vez, o Órgão Ministerial se manifestou, por meio do seu Parecer PAR – 1ª PRC – 8242/2017, opinando pela ***regularidade*** e ***legalidade*** da reportada fase da contratação pública.

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se do feito que o Corpo Técnico e o Ministério Público de Contas foram unânimes em se manifestar pela legalidade e regularidade da 1ª fase da contratação pública.

Constata-se assim, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa ao procedimento de licitação, mediante o Pregão Eletrônico sob o n.º 012/2016, e também quanto à formalização da Ata de Registro de Preços n.º 03.063/2016.

Certifico-me através do documento acostado à p. 197 (peça digital 15), que foram declaradas vencedoras as empresas:

- Caraipê – Indústria e Comércio de Móveis EIRELI – EPP., no valor de R$ 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais); e

- Sanches de Oliveira Comércio e Serviços EIRELI - EPP., no valor de R$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais).

Dessa forma, o valor global adjudicado é de R$ 684.500,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais).

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** do procedimento licitatório Pregão Eletrônico sob o n.º 012/2016 (**1ª fase**), nos termos do art. 120, inciso I, da Resolução Normativa n.º 76 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

2) Declarar a ***regularidade*** da formalização da Ata de Registro de Preços n.º 03.063/2016 (**1ª fase**), nos termos do art. 120, inciso I, da Resolução Normativa n.º 76 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 01 de agosto de 2017.

Cons. MARISA SERRANO
RELATORA

Net